

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.454 - AL (2019/0011652-9)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : ANDREZA WANDERLEY DE BARROS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - AL012855A
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - AL012854A
INTERES. : FUNDACAO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA-FEJAL
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Andreza Wanderley de Barros contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 194):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. ALUNA VINCULADA AO FIES. LEGITIMIDADE PASSIVA DO FNDE. DIREITO À REGULARIZAÇÃO DO ADITAMENTO DO CONTRATO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. OCORRÊNCIA.

1. Ação em que se discute o direito da autora, ora apelada, beneficiária do Programa de Financiamento Estudantil - FIES, de ver regularizado o aditamento de seu contrato, referente ao segundo semestre de 2012, bem como aos semestres seguintes;
2. É o FNDE parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda, uma vez que é ele o ente administrativo que operacionaliza, na prática, a concessão do FIES;
3. Tendo a situação da autora sido regularizada administrativamente no decorrer da demanda, impõe-se a extinção do feito sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir superveniente;
4. Em face do princípio da causalidade, a correção do erro pelos réus em data posterior ao ajuizamento da ação e ao deferimento da liminar, não os exime do pagamento de honorários advocatícios (R\$ 2.000,00 - dois mil reais);
5. Apelação e remessa oficial providas.

A recorrente sustenta a existência de violação dos arts. 485, VI, 487, I, e 1.022, II, do CPC/2015.

Afirma que o aresto recorrido, apesar de provocado na seara aclaratória, não se manifestou sobre a aplicação dos arts. 485, VI e 487, I, do CPC/2015.

Aduz que a realização do aditamento contratual apenas ocorreu em decorrência do cumprimento de decisão judicial antecipatória.

Sustenta a necessidade de extinção do processo com resolução do mérito.

Superior Tribunal de Justiça

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ, fls. 292-296.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento, em parte, do recurso e, nessa extensão, pelo não provimento.

Decido.

O aresto combatido extinguiu o feito, sem resolução do mérito, sob a constatação de que houve o atendimento administrativo da pretensão formulada na inicial.

Veja-se, a propósito, as seguintes transcrições (e-STJ, fls. 193-238):

Acolho, no entanto, a preliminar de falta de interesse de agir superveniente.

Tendo a situação da autora sido regularizada administrativamente no decorrer da demanda, impõe-se a extinção do feito sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir superveniente.

Impende registrar que, em face do princípio da causalidade, a correção do erro pelos réus em data posterior ao ajuizamento da ação e ao deferimento da liminar, não os exime do pagamento de honorários advocatícios. [...]

Por fim, quanto à alegação de que não teria ocorrido falta superveniente de interesse de agir porque a regularização da situação teria ocorrido em função da decisão judicial, impende registrar que isso não restou demonstrado nos autos. Diferentemente, o que se observa é que a informação de que o problema estaria superado foi dada desde o momento em que a Advocacia da União pediu informação à Administração.

Desse modo, não se deve confundir vício de fundamentação com decisão judicial contrária aos interesses da parte.

Quanto à suscitada afronta aos arts. 485, VI e 487, I, do CPC/2015, o aresto recorrido consignou que houve o atendimento administrativo do pleito, o que ocorreu desde o momento em que a Procuradoria Federal pediu informações ao FNDE.

Como bem consignou o parecer ofertado pelo Ministério Público Federal, a pretensão recursal, nesse particular, atrai o óbice da Súmula 7/STJ. Veja-se (e-STJ, fl. 314):

Para ilidir tal conclusão, e acolher o argumento de que a situação foi regularizada em cumprimento da decisão judicial que antecipou os efeitos da tutela e não houve perda do interesse de agir, seria imprescindível proceder ao reexame do conjunto fático-probatório, e não simplesmente atribuir nova valoração aos elementos de prova referidos no aresto, o que esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

